

AGRICULTURA FAMILIAR EM HUMAITÁ: AS CONTRIBUIÇÕES DO ASSOCIATIVISMO NO AMAZONAS

Raimundo Falcão dos Santos - falcao.santos@ifam.edu.br
Luiz Carlos do Carmo Fernandes - luiz.fernandes@unialfa.com.br
Patricia Kinast De Camillis - patricia.camillis@unialfa.com.br

* Submissão em: 20/02/2024 | Aceito em: 12/09/2024

RESUMO

Tanto o associativismo quanto o cooperativismo são apresentados como uma alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento regional. O objetivo desse trabalho é analisar as contribuições do cooperativismo e do associativismo para o fortalecimento da agricultura familiar em Humaitá-AM. A metodologia adotada neste trabalho foi a pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa, que tem como instrumentos a pesquisa documental, a entrevista em profundidade e a análise de conteúdo. Pode-se constatar que não há organizações cooperativistas no município de Humaitá-AM, entretanto existem práticas de associativismo, o que evidencia a importância do papel das associações no desenvolvimento da região e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Palavras Chaves: associativismo, cooperativismo; agricultura familiar, Amazônia Legal.

FAMILY FARMING IN HUMAITÁ: THE CONTRIBUTIONS OF ASSOCIATIVISM IN THE AMAZONAS

ABSTRACT

Associativism and cooperativism are presented as an alternative for strengthening family agriculture and regional development. The objective of this work was exactly to analyze the contributions of cooperativism and associations to strengthening family agriculture in Humaitá-AM. The methodology adopted in this work was the field research, with a qualitative approach, which uses as instruments: documentary research, in-depth interviews and content analysis obtained in data collection. It can be seen that there are no cooperative organizations in the municipality of Humaitá-AM, but associations, which highlights the importance of the role of associations in the development of the region and improving the quality of life of family farmers.

Keywords: associations, cooperativism; family agriculture, Legal Amazon.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Fagotti (2017), o associativismo é uma alternativa importante para que pequenos produtores possam melhorar a capacidade produtiva, as condições de trabalho e renda, bem como, enfrentar os desafios do mercado, alcançando novos mercados consumidores.

Além disso, o associativismo possui estratégias capazes de promover a integração dos agricultores, permitindo que os mesmo se organizem em cooperativas, sindicatos e outras formas de associação, com vistas a obterem benefícios comuns como a eficiência na produção e a competitividade dos pequenos produtores no mercado, por meio da realização de ações conjuntas em diversas áreas.

O cooperativismo desempenha um papel relevante no desenvolvimento local, pois contribui no processo de integração e coesão social, influenciando positivamente na geração e manutenção de empregos e infraestrutura socioeconômica para as diversas atividades. Nesse contexto, o cooperativismo é um instrumento capaz de assegurar o desenvolvimento integrado, com vistas a atender as necessidades urgentes das camadas menos favorecidas da população, (Martinez; Pires, 2002). O cooperativismo pode ser uma alternativa viável para pessoas com desejo comum de se organizarem para atender demandas de determinados mercados, alcançar melhores resultados e viabilizando seu desenvolvimento no mundo dos negócios, bem como sua participação na economia.

Outro instrumento utilizado por pequenos produtores para alcançar mercados, fortalecer a produção e obter os meios necessários para a produção, são as associações de produtores rurais. Essas instituições são conhecidas como instrumento de luta dos pequenos produtores, com possibilidade de permanência na terra, melhoria do nível de renda e acesso à comercialização de bens e serviços comuns, como uma alternativa ao desenvolvimento local, sustentável.

A necessidade de melhoria de condições de vida e permanência na terra, encontra na a agricultura familiar um papel relevante no processo de desenvolvimento rural, uma vez que permite alavancar a economia local, e assim, melhorar a qualidade de vida dos envolvidos (Wanderley, 1999). No Brasil, conforme Candioto (2011), foi a partir da década de 1980 que tal entidade, família agricultora, obteve maior visibilidade com a expressão ‘agricultura familiar’ e, assim, levou agricultores a crer que iriam ser desenvolvidas políticas públicas que auxiliariam na expansão das atividades e suas propriedades, que, conseqüentemente, viria a aumentar a renda por conta da produção e de seu escoamento para os centros urbanos.

Segundo Zarafshani *et al.* (2010), por meio da cooperação os agricultores podem realizar produção de grande escala e desenvolver-se economicamente, a partir da aquisição de insumos agrícolas, da melhoria de seus padrões de produção e comercialização, da busca por acesso ao crédito, transporte e serviços profissionais. Além disso, pode, inclusive, criar empregos e proporcionar desenvolvimento socioeconômico. Por essa razão, ressalta-se a relevância de se estudar o cooperativismo e a sua contribuição para a geração de renda, o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, uma vez que a agricultura familiar possui dinâmica e características bem distintas, quando comparada com a agricultura convencional, não familiar, pois, a gestão da propriedade é partilhada pela família.

Diante do exposto, a presente pesquisa está fundada nos benefícios gerados pelo cooperativismo e associativismo aos agricultores familiares no município de Humaitá-AM, localizado no sul do estado do Amazonas, considerando as dimensões econômica, ambiental, social e política. A motivação deste estudo se deve à sua relevância para o desenvolvimento da região com vista a práticas menos degradantes. A questão problema é saber qual a contribuição do associativismo e cooperativismo para o fortalecimento da agricultura familiar sustentável em Humaitá-AM?

O município de Humaitá (AM) está situado em uma região estratégica no encontro das rodovias BR 319 e BR 230, configurando-se como a atual fronteira agrícola devido ao avanço do arco do desmatamento para o Sul do Amazonas e, conseqüentemente, a exploração desordenada dos recursos naturais. Cabe destacar que a perspectiva de reconstrução da BR-319, que liga os estados do Amazonas e Rondônia, tende a aumentar significativamente as áreas desmatadas, para a plantação de pastagens e desenvolvimento da agricultura.

O estado do Amazonas é o maior estado que integra a Amazônia Legal, com uma imensidão de terras coberta por florestas, em sua maior parte ainda inexploradas e com ecossistemas diversificados. O que tem atraído muitos grileiros, pecuaristas e indústrias que trazem consigo um cenário de disputa – quer seja entre si ou com nativos, ou pequenos produtores da região. Um quadro que demanda ao governo desenvolver políticas públicas capazes de encaminhar soluções a tal problemática e minimizar seus impactos ao meio ambiente (Brasil, 2021 b).

2 COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR

O cooperativismo surgiu na Europa, em meados do século XIX, em Manchester, na Inglaterra, em pleno período industrial, como uma resposta à exploração da classe trabalhadora, a partir de um

movimento de 28 operários que se contrapuseram à economia liberal, ao sistema capitalista, formando a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Uma associação que posteriormente passou a se chamar cooperativa, dando início ao cooperativismo (Reis Júnior, 2006).

Para Farias e Gil (2013) o cooperativismo encontrou suas raízes nas consequências das crises econômicas e sociais provocadas pela Revolução Industrial do século XIX. Com base em seus ideais, o cooperativismo é reconhecido por muitos pensadores como o sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender as necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores. É um sistema com tendências ao desenvolvimento integral do indivíduo por meio da ajuda mútua, do coletivo.

Nesse sentido, Rios (2018) descreve que o cooperativismo, como forma de organização econômica, busca promover a cooperação entre seus membros para alcançar objetivos comuns, por meio de uma economia solidária, baseada na autogestão do negócio, na participação democrática e distribuição equitativa de seus resultados. Nesse modelo de negócio as pessoas se unem, porque acreditam que sozinhas têm poucas chances de entrar em determinados mercados e como cooperados têm maior poder de negociação e sustentação do seu negócio, possibilitando o desenvolvimento social, econômico e ambiental, uma vez que promove a geração de renda, o acesso a bens e serviços, inclusão social e cidadania.

De acordo com Dallabrida e Büttgenbender (2007) o cooperativismo promove desenvolvimento local, cujos objetivos são: 1) Valorização dos recursos endógenos, por meio da diversificação da produção; 2) Formação de redes locais entre atores públicos e privados; 3) Estabelecer consórcios intermunicipais e parcerias público-privadas, com a finalidade de promover desenvolvimento local; 4) Criar alternativas de geração de trabalho e renda e investimento para o local; 5) Promover atividades de desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito territorial; 6) Criar agências de fomento para atender demandas das cooperativas; e 7) Superar limites do enfoque assistencialista implícito nos fundos de inversão social e nos programas de luta contra a pobreza.

No atual cenário de competitividade, expandido a partir do processo de globalização, é contínua a busca por alternativas mais eficientes na luta por sobrevivência e pela manutenção no mercado competitivo. Neste contexto surge a cooperação como alternativa viável. Scopinho e Martins (2003) dizem que conforme a cooperação contribui para o desenvolvimento econômico, promovendo a competitividade, ela se consolida como uma alternativa estratégica eficiente nas lutas político-sociais por benefícios comuns. Esses benefícios podem contribuir para a melhoria da qualidade de

vida dos envolvidos, pois os mesmos poderão ter acesso mútuo a materiais, bens ou serviços que antes não conseguiriam individualmente.

Duarte e Wehrmann (2006) descrevem que o cooperativismo está fundamentado em uma doutrina que tem como princípios basilares a igualdade e a ajuda mútua, que se materializa através da união de pessoas com objetivos comuns, que formam sociedades e, assim, constituem organizações sociais denominadas cooperativas. Para Cardoso (2009), o cooperativismo é desenvolvido seguindo alguns princípios basilares que foram criados a partir de seus idealizadores, os pioneiros do cooperativismo de Rochdale. São eles:

a) Adesão voluntária e livre: princípio relacionado à liberdade de filiação e desfiliação de seus membros; a princípio as cooperativas surgem como organizações voluntárias, sem restrições à participação, ficando, assim, proibidas discriminações de quaisquer naturezas (sexo, sociais, raciais, políticas, religiosas e outras);

b) Gestão democrática: todos os membros têm o mesmo peso representativo, com participação ativa na formulação de suas políticas e na tomada de decisões;

c) Participação econômica dos membros: a formação do capital social da cooperativa é a contribuição igual de seus membros, sendo este controlado democraticamente e, em casos de sobras, há a possibilidade de os recursos serem divididos entre os cooperados;

d) Autonomia e independência: as cooperativas são instituições independentes e autônomas, com a possibilidade de que sejam firmados acordos, cooperações ou parcerias com outras instituições, mas prevalece a autonomia e a independência da cooperativa;

e) Educação, formação e informação: princípio que ressalta a relevância do acesso aos programas educacionais e de capacitação não apenas para os membros da cooperativa, mas que se estenda a todos da comunidade na qual esteja inserida;

f) Intercooperação: as cooperativas se auxiliam por meio de federações e confederações para fortalecer o movimento, não existe representatividade isolada;

g) Interesse pela comunidade: o desenvolvimento deve ir além dos membros da cooperativa. Com a percepção de sua responsabilidade social, a mesma deve buscar, por meio de suas ações, estabelecer processos que promovam o desenvolvimento sustentável da comunidade na qual está inserida.

No Brasil a cultura cooperativista é notada desde o período da colonização portuguesa, porém, esse processo emergiu apenas no final do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus. As primeiras cooperativas instaladas aqui, surgiram na região sudeste do país, com a Cooperativa dos

Funcionários da Companhia Telefônica de Limeira, no Estado de São Paulo, no ano de 1881. As cooperativas agropecuárias, foco deste trabalho, surgiram no ano de 1907, no estado de Minas Gerais, inicialmente por meio dos produtores de café e em seguida se espalhou para a Região Sul do país, com as cooperativas agropecuárias em comunidades de imigrantes italianos e alemães (Antonialli; Souk, 2005).

De acordo com Nicolau *et al.* (2020), as cooperativas agropecuárias são formadas por produtos rurais cujo foco é atender as demandas do mercado consumidor, com vista a negociar compra de insumos e venda de produtos, sendo que sua principal missão é permitir que seus associados tenham acesso novos mercados para comercializar sua produção, conseguir bons compradores e melhores preços para seus produtos.

Para Silva *et al.* (2003), as cooperativas agrícolas alcançaram sucesso quanto ao volume de negócios e assumindo, assim, um papel fundamental no processo de disseminação dos ideais cooperativistas. A Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ampara o cooperativismo no Brasil, nela estão previstos os critérios e requisitos necessários para que se concretize o cooperativismo com a constituição de cooperativas, tendo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em nível nacional e a Organização Estadual de Cooperativas (OCE) em cada unidade da Federação, como representantes formais. Matos e Ninaut (2007) enfatizam a relevância do cooperativismo para a economia brasileira, uma vez que consideram o sistema cooperativista eficiente para o alcance do desenvolvimento sustentável.

2.1 O Cooperativismo na Agricultura Familiar

Segundo Ferreira *et al.* (2022), o cooperativismo é uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar, pois pode auxiliar no processo produtivo e na renda dos produtores rurais. As cooperativas têm desempenhado um papel significativo na organização e comercialização dos produtos da agricultura familiar, contribuindo para sua valorização e reconhecimento no mercado.

Nesse sentido, estudos realizados por Silva *et al.* (2003), apontam que o cooperativismo contribui para fortalecer a produção sustentável da agricultura familiar, porque proporciona aos pequenos agricultores melhores condições de financiamento, apoio técnico e logístico, além do acesso a mercados mais competitivos, fomentando o desenvolvimento socioeconômico das localidades em que se encontram, gerando emprego e renda no campo.

O cooperativismo é considerado uma alternativa que pode fortalecer a agropecuária familiar, pois as famílias podem unir forças para buscar condições satisfatórias para que elas sejam melhores assistidas em suas propriedades e regiões. Essa união de forças resulta em cooperação mútua, que, segundo Scopinho e Martins (2003), pode contribuir para que as famílias permaneçam em suas propriedades produzindo e pode colaborar, ainda, para a promoção do desenvolvimento de consciência de sua responsabilidade social.

Segundo Duarte e Wehrmann (2006, p.13).

As cooperativas agrícolas, não apenas, se tornaram o elo entre a agricultura familiar e os sistemas modernos de produção, contribuindo para que as unidades agrícolas adquirissem perfil empresarial, como também articularam produtores, instituições públicas de fomento e mercado consumidor.

A produção agropecuária familiar pode ser considerada como uma prática cooperativista, uma vez que pessoas de uma mesma família se unem para executar o trabalho no campo, tendo como finalidade precípua a geração de recursos necessários para a melhoria da qualidade de vida de todos os membros da família, implicando de forma direta no desenvolvimento socioeconômico regional. Abramovay (1992) defende que a lógica da organização familiar não depende da família em si, mas de sua resiliência, de sua capacidade de adaptação e criação de um comportamento adequado ao meio em que está inserida.

O agricultor familiar busca se integrar ao sistema cooperativista para superar suas dificuldades individuais através da ajuda mútua, coletiva, conquistando benefícios como acesso a recursos tecnológicos, equipamentos, apoio profissional, bem como bens de uso comum, tudo isso com o objetivo de fortalecer seu sistema produtivo e tornar-se mais competitivo no mercado (Andrade; Alves, 2013).

Para Buendía Martinez e Pires (2002), a agricultura tem um papel fundamental, como protagonista do desenvolvimento rural, pois se preocupa com a necessidade de controle da produção agrária para, assim, alcançar equilíbrio no mercado. A população rural tem direcionado sua força de trabalho para a agricultura, pois esta atividade surge fortemente com o cooperativismo, que muito tem contribuído com o primeiro setor, agregando-lhe valor a partir da diversificação da cultura agrícola, da possibilidade de produção em larga escala e da organização do setor produtivo.

Segundo dados do último Censo Agropecuário do IBGE, realizado no ano de 2017, a agricultura familiar representa cerca de 80% dos estabelecimentos agropecuários do país e gera cerca de 10 milhões de empregos no meio rural, configurando-se como um setor importante para a

economia do país, responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos no país (IBGE, 2017).

De acordo com um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a agricultura familiar é definida a partir de suas características básicas: a gestão da unidade de produção e seus investimentos são realizados por pessoas que mantêm laços de sangue ou de matrimônio, nessa predomina a divisão do trabalho entre os membros da família; a unidade de produção é de propriedade da família, passando a seus descendentes em caso de falecimento ou aposentadoria, a chamada transferência interna (Brasil/INCRA/FAO, 1996).

Dessa forma, os agricultores familiares são proprietários de pequenas extensões de terra e exploram os recursos naturais voltados para uma economia de subsistência, logo, desenvolver políticas voltadas ao fortalecimento dessa prática é de suma importância, visto que os resultados a serem alcançados podem ser bastante vantajosos quanto à preservação do meio ambiente. Ou seja, o tão comentado desenvolvimento socioeconômico sustentável. Contribuindo com o que afirma, Primavesi (1997): os grupos familiares de agricultores, como agrossistemas familiares, criam predisposição ao desenvolvimento de práticas sustentáveis.

Por fim, o cooperativismo tem um papel de destaque na agricultura familiar brasileira, uma vez que as cooperativas agrícolas fornecem serviços e suporte técnico aos pequenos produtores, além de ajudá-los a obter melhores preços pelos seus produtos. Essas também permitem que os pequenos produtores se organizem para acessar financiamento e outros recursos necessários para a produção agrícola.

2.2 A Sustentabilidade

A crítica ao desenvolvimento baseado na exploração predatória dos recursos naturais tem se tornado recorrente por conta dos resultados altamente negativos provocados ao meio ambiente. Devido a fatos como esses, torna-se notório que o enfrentamento a esse processo degradante do meio ambiente requer uma atenção especial. Neste sentido, ainda no século XIX já era perceptível o destaque dado aos trabalhos acadêmicos voltados à temática da questão ambiental, tratando como de grande relevância e prioritário nas agendas dos chefes de Estado, de Organizações Não-Governamentais (ONGs), das populações tradicionais e dos grupos rurais e urbanos (Pereira; Curi, 2012).

No ano 2000, a partir desta perspectiva, foram desenvolvidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que têm, como foco, a promoção da dignidade humana, o combate à pobreza, à fome e à degradação ambiental. Algumas metas foram parcialmente alcançadas, mas ainda se está longe do ideal almejado, sendo necessária a criação de novas estratégias para viabilizar o alcance dos objetivos definidos (Carvalho; Barcelos, 2015).

O modelo econômico atual impulsionado de certa forma pelo processo de globalização e pelos avanços das tecnologias, muito tem contribuído para o desenvolvimento econômico. Porém, é notório que os limites de exploração dos recursos naturais vêm sendo ultrapassados, podendo, assim, pôr em risco as fontes de recursos naturais; até mesmo dos recursos renováveis, que antes eram considerados inesgotáveis. Tal situação tem influenciado a academia a estudar a temática, na busca por novos métodos, formas e modelos de economias que sejam menos degradantes, de modo que possam contribuir para o desenvolvimento econômico sem lastros de destruição do meio ambiente. A partir dessa vertente, sustentabilidade ganhou ênfase e passou a ser tema recorrente nos debates acadêmicos, encorpando trabalhos científicos e titulando pesquisas, ressaltando assim a relevância do assunto para a humanidade. Mas, o que é sustentabilidade?

Segundo Cavalcante (1998) sustentabilidade é a possibilidade de um grupo de pessoas obterem condições de vida no meio ambiente em que vivem, que se estendam de forma igual, ou melhor, às suas gerações posteriores. Ainda neste sentido, Chambers e Conway (1992) afirmam que a sustentabilidade do meio ambiente está ligada à preservação e/ou aprimoramento da extração de recursos nas bases produtivas, em especial de modo a permanecer disponível para as futuras gerações. O termo sustentabilidade vem sendo utilizado em seu sentido amplo, nas diversas áreas do conhecimento, voltado para a manutenção dos recursos naturais, a qualidade dos produtos, a qualidade de vida dos agricultores e dos consumidores.

Desenvolvimento sustentável é um conceito aparentemente indispensável nas discussões sobre a política do desenvolvimento no final do século XX (Brüseke, 1995). É válido destacar que, apesar de parecer, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não são a mesma coisa, têm conceitos diferentes quando vistos individualmente. Sistemas podem apresentar indicadores de sustentabilidade sem necessariamente apresentarem desenvolvimento.

Segundo Corrêa (2007), para que um sistema seja considerado ambientalmente sustentável ele deve ser ambientalmente adequado, economicamente viável e socialmente justo. Siqueira (2001) propõe que seja feita uma análise de um ponto de vista mais prático quanto à conceituação de sustentabilidade, observando-se a necessidade de se encontrar novos mecanismos, formas de

mensuração do crescimento, que permitam a existência de um processo que possa ser harmonioso e participativo nas tomadas de decisões e na busca pelo desenvolvimento sustentável. Mas, como evoluir, alcançar o desenvolvimento sem degradar, destruir o menos possível, ou melhor, desenvolver de forma sustentável?

Verona (2007) considera que o desenvolvimento sustentável deve estar fundamentado em três dimensões: a social, a econômica e a ambiental. Na dimensão ambiental o ecossistema utilizado deve manter suas características e inter-relações fundamentais ao longo do tempo. A econômica está relacionada às condições que geram rendas constantes e estáveis. E no campo social o manejo dos recursos naturais deve ser compatível com os valores culturais das comunidades envolvidas.

2.3 O Associativismo

O termo associativismo é usado para designar a união de pessoas ou organizações com objetivos comuns, como melhoria das condições do trabalho e aumento da renda. O associativismo abrange modalidades diferentes de organização coletiva, como o sindicalismo, o cooperativismo, as organizações não governamentais, dentre outras.

No Brasil, o associativismo que trata de questões de melhoria do trabalho no campo teve sua expansão nos anos de 1980, em decorrência da crise econômica que enfraqueceu o modelo de funcionamento do cooperativismo, nos quais os produtores rurais poderiam participar. Devido ao cooperativismo não atender mais as necessidades dos pequenos produtores rurais, estes buscaram outros modelos de organizações coletivas que contemplassem suas demandas, o que ocorreu no final da década de 1980, com a formação de associações, por incentivo do governo federal por meio de políticas públicas (Fagotti, 2017).

Segundo Bertoldo (2015, p. 5), “O Associativismo é um instrumento vital para que uma comunidade saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, ambiental e econômica”, que tem como características: 1) Constitui-se pela união de duas ou mais pessoas físicas, ou jurídicas com objetivos comuns; 2) Instituição sem fins lucrativos; 3) O patrimônio é constituído por doações ou contribuição dos associados; 4) Não há distribuição de dividendos entre os associados; 5) Sua finalidade pode ser alterada livremente em assembleia; 6) Seus dirigentes não recebem remuneração; 7) É uma instituição direito privado.

A diferença entre o associativismo e o cooperativismo está na definição da sua finalidade. No que se refere às associações, elas têm foco social e sua finalidade é prestar assistência cultural, social,

educacional e de defesa de interesses de um grupo. As cooperativas têm foco comercial e surgem de uma necessidade, em que pessoas com objetivos comuns se unem no desenvolvimento de um empreendimento que gera benefícios para todos os cooperados (Ferreira; Zaluski, 2022).

O associativismo rural é uma forma de organização, na qual os produtores agrícolas se unem em grupos para encontrar soluções para os desafios que enfrentam em seus negócios. Por meio da associação, os agricultores com o intuito de baratear a produção podem fazer compras coletivas de insumos e equipamentos e, podem comercializar seus produtos em conjunto, alcançando novos mercados consumidores e, ainda, buscar financiamentos e benefícios fiscais, além de terem voz política para defender suas demandas junto às autoridades públicas, trazendo ganhos financeiros e fortalecendo o desenvolvimento local.

De acordo com Moraes (2021), o associativismo é uma estratégia que está fundamentada na lógica da ação coletiva e, direciona seus esforços para criar uma sinergia entre os produtores, com o intuito de gerar benefícios mútuos. A união dos agricultores em associações ou cooperativas dar aos mesmos mais poder na hora da negociação e comercialização de seus produtos, além de acesso a financiamentos, equipamentos e assistência técnica de maneira mais eficiente e menos custosa, podendo gerar vários benefícios, como a melhoria da renda e condições de vida, a agregação de valor aos produtos e o fortalecimento da agricultura familiar.

Portanto, o associativismo rural é uma estratégia de organização coletiva de agricultores familiares com o objetivo de superar as dificuldades enfrentadas no processo produtivo e comercialização de seus produtos, bem como, favorece a promoção da sustentabilidade na produção, o acesso a tecnologias inovadoras e a capacitação de lideranças em gestão e governança.

2.4 Agricultura Familiar Sustentável

De acordo com Guilhoto *et al.* (2007), a produção familiar vai muito além de ser um fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias de baixa renda, pois a mesma contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia do setor agrícola em âmbito nacional.

A agricultura familiar, atualmente, tem sido considerada como instrumento relevante para garantir a sustentabilidade social e ambiental. É o que afirma Petersen (2009) ao se referir à relevância do setor produtivo representado pelo produtor agrícola familiar. Esse setor de produção, conforme defende Carmo (1998), dispõe de características que apresentam sua força como ambiente favorável

ao desenvolvimento de agricultura sustentável, isso por conta das suas tendências à diversificação produtiva, à integração de atividades de produção vegetal e animal, isso além de trabalhar em menor escala.

Nessa perspectiva, Silva (2019) corrobora e ressalta ainda mais a relevância da agricultura familiar ao afirma que muitas das pessoas (cerca de 70%) que sofrem com a fome, no mundo, estão vivendo em áreas rurais pobres de países em desenvolvimento, especialmente na África Subsaariana e no Sudeste Asiático. Grande parte desses países desenvolvem essa cultura de subsistência. Camponeses, pescadores de pequena escala, silvicultores, extrativistas, entre outros, compõem, ao mesmo tempo, a agricultura familiar – espalhada por todo o planeta, com uma rede de 500 milhões de propriedades –, responsável por índices que variam de 50% a 80% do comércio *in natura* de alimentos.

A agricultura familiar configura-se como a principal fonte de ocupação no campo e caracteriza-se por utilizar mão-de-obra da própria família, mantendo as pessoas no campo e, assim, possibilitando a redução do êxodo rural. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar no Brasil tem 67% de pessoal ocupado dentre os que se trabalham com a agropecuária no País, em aproximadamente 3,9 milhões de estabelecimentos. Sendo que 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são classificados como de agricultores familiares e o estado do Amazonas está entre os cinco com as maiores proporções de área ocupada pela agricultura familiar. O pequeno agricultor ocupa papel importante na cadeia produtiva que abastece o mercado interno, produzindo 23% de toda a produção agropecuária brasileira em uma área de 80,9 milhões de hectares, gerando R\$ 107 bilhões de reais em renda para economia nacional (Brasil, 2019).

No Brasil, a região Norte é uma das que concentra o maior contingente de agricultores familiares, totalizando 40% dos indivíduos ocupados. Conforme o Censo Agropecuário de 2017, Pernambuco é o Estado com a maior proporção de área ocupada pela agricultura familiar, arrastando consigo Ceará e Acre, reunindo três estados entre os cinco com as maiores proporções (Brasil, 2019).

No entanto, os produtores que se enquadram na chamada agricultura familiar possuem pequenas áreas, são pequenos produtores, que produzem diversas culturas com pouca tecnologia e com a presença de mão de obra familiar, o que muito facilita a gestão no trabalho, onde os próprios beneficiados são os executores das tarefas. Quanto ao fator social, o pequeno produtor sofre exclusão no processo tecnológico da produção agrícola eficiente de grandes culturas, desencadeando a pobreza no campo e, conseqüentemente, o fenômeno do êxodo rural (Salton *et al.*, 2005).

A agricultura familiar, ainda que inserida em um sistema de produção local, ou seja, que tem sua atuação em determinada região, encontra-se pressionada pelo mercado competitivo do mundo globalizado, fazendo-se necessário recorrer a novas ferramentas, a tecnologias adequadas à sua cultura organizacional, levando-se em conta a sua limitação no que tange a educação formal, bem como suas particularidades e especificidades no meio em que se encontram. Essas ferramentas tecnológicas vêm se tornando, a cada dia, mais indispensáveis por sua utilidade na busca por sustentabilidade (Batalha; Buainain; Souza Filho, 2005).

De acordo Batalha; Buainain e Souza Filho (2005) na agropecuária da agricultura familiar, a competitividade poderá ser construída, em bases sustentáveis, por meio da adoção de práticas que estimulem a cooperação entre os agentes econômicos de uma cadeia produtiva e, entre estes e os poderes governamentais, destacando-se a importância da cooperação, abrindo espaço para estudos sobre o cooperativismo e suas contribuições no desenvolvimento da grícola familiar.

3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa realizou-se uma abordagem descritiva, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa documental, entrevistas com roteiro de perguntas semiestruturadas e análise de conteúdo qualitativo. O marco inicial foi a pesquisa documental que, segundo Gil (2002), assemelha-se com a bibliográfica, porém, difere desta pelo fato de o material trabalhado não ter recebido tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa, a natureza da fonte. Segundo o autor, o que as diferencia é a natureza das fontes.

A pesquisa documental ocorreu com o estudo de documentos para se descrever os fatos e fenômenos, bem como o registro dos dados e análise e sua correlação. No caso, retrata o histórico dos trabalhos sobre o cooperativismo na região com vistas a compreender os fenômenos sociais e o processo de implementação das políticas públicas de incentivo ao cooperativismo e a agricultura familiar, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. Para realizar esta etapa fez-se necessário ter a cooperação de órgãos governamentais e não governamentais relacionados ao primeiro setor que desenvolvem trabalho de apoio a extensão rural, como: o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (ADAF), a Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR) e a Secretaria Municipal de Agricultura e Cooperativas Agrícolas do município de Humaitá-AM. Os dados coletados serviram para mapear as cooperativas ligadas à agricultura familiar que estão ativas na região.

Para a coleta de dados foi selecionada, como técnica, a entrevista em profundidade, que, segundo Duarte e Barros (2005, p. 62) “busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte selecionada”. A entrevista foi desenvolvida a partir de perguntas que abordam a temática do trabalho, em especial em torno de sua questão problema. O tipo de entrevista aplicada foi a semiaberta que, de acordo com Duarte e Barros (2005), é norteada por um roteiro com questões amplas o suficiente para o aprofundamento do discurso.

A proposta inicial foi entrevistar dez pessoas ligadas à agricultura familiar e assim foram verificados como suficiente para o resultado proposto na pesquisa. Os entrevistados foram selecionados conforme endereço de propriedade, os mais dispersos possíveis, uma vez que se buscou analisar a efetividade dos benefícios que as ações das cooperativas promovem aos cooperados, bem como à comunidade na qual desenvolve suas atividades.

Quadro 1 – Perfil dos Entrevistados

Entrevistado	Função	Gênero	Faixa etária	Escolaridade	Quantidade membros da família
EA	Extensionista Rural	Feminino	35-44 anos	Ensino Superior	4
EB	Extensionista Rural	Masculino	35-44 anos	Ensino Superior	3
E1	Presidente de Associação	Masculino	55-64 anos	Ensino médio	4
E2	Tesoureiro de Associação	Masculino	55-64 anos	Ensino médio	9
E3	Membro de Associação	Masculino	65-74 anos	Alfabetizado	6
E4	Membro de Associação	Masculino	45-54 anos	Ensino Médio	4
E5	Membro de Associação	Masculino	55-64 anos	Alfabetizado	7
E6	Membro de Associação	Masculino	65-74 anos	Ensino Fundamental	5
E7	Membro de Associação	Masculino	45-54 anos	Ensino médio	4
E8	Membro de Associação	Masculino	45-54 anos	Ensino Fundamental	6
E9	Membro de Associação	Masculino	45-54 anos	Ensino Fundamental	5
E10	Membro de Associação	Masculino	55-64 anos	Alfabetizado	8

Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo Duarte e Barros (2005), para se analisar dados faz-se necessário que eles sejam manipulados de forma a dividí-los em partes para examinar sua natureza, suas funções e relações. A

análise foi organizada segundo as categorias que foram levantadas a partir do referencial teórico acerca da temática, norteadas pelos objetivos da pesquisa. Porém, conforme a observação da necessidade do desenvolvimento de novas categorias, estas poderiam ser criadas, com a consequente reformulação do quadro de categorias para integrar o trabalho final.

Deu-se início aos procedimentos para a análise do conteúdo após a coleta dos dados, tais procedimentos serviram como base para a interpretação de elementos com características qualitativas de modo a garantir a sua expressão com o máximo de clareza possível a partir de sua descrição objetiva.

A pesquisa documental realizada com auxílio de 2 extensionistas. Além do fornecimento de documentos sobre as associações e cooperativas da região, os extensionistas foram entrevistados. Esses profissionais contribuíram bastante para o desenvolvimento da pesquisa, pois foi a partir dessa abordagem que mapeou-se 03 (três) associações para realizar entrevistas. No total foram 10 os entrevistados, uma vez que se observou a repetição semântica das respostas não havendo assim a necessidade de dar-se continuidade às entrevistas.

4 RESULTADOS

Os dados levantados indicaram a inexistência de cooperativas ligadas a agricultura familiar. Contudo, verificou-se que associações estão ativas na região. A partir dessa informação, buscou-se investigar os motivos da não existência de cooperativas e ainda como estão funcionando as associações voltadas a agricultura familiar.

No desenvolvimento da pesquisa, os entrevistados deram a entender que não há grandes dificuldades para os agricultores se filiarem à uma associação, exceto os antecedentes criminais e estar envolvido em conflitos por terras. O que acaba sendo criticado por alguns. Outra preocupação demonstrada é a violência no campo.

Acredito que as associações funcionem assim. Basta solicitar para entrar e desde que atenda alguns requisitos básicos é levado para assembleia para aprovação dos que já são associados. (E1)

Qualquer agricultor com vontade de trabalhar em grupo pode solicitar filiação e assim que passar por votação em assembleia geral pode-se efetivar a solicitação. (E2)

A pessoa que se interessar entra e sai quando quiser, [...]. Acho um pouco bagunçado! (E4)

Aqui tá complicado participar de associação, teve um presidente morto aqui na nossa área, e ontem mais um casal de morador daqui de perto foi assassinado. Ainda sou membro mas tá difícil continuar. (E8)

Conforme os entrevistados, a gestão das associações é de responsabilidade de todos os membros que tenham participação ativa nas formulações das políticas de ação, bem como no processo de tomada de decisões. A gestão é democrática, com a participação de seus membros para a escolha de sua equipe gestora dentre os mesmos, que ocorre da seguinte forma: os interessados lançam sua chapa para concorrer às eleições, que normalmente ocorrem a cada biênio, enquanto os outros fazem sua escolha votando uma única vez.

[...] pode-se dizer que a gestão é democrática. Todos os membros da associação têm direito de escolher o seu presidente e sua equipe e esta normalmente toma suas decisões com o aval dos associados. . (E1)

Desde de o início escolhemos nosso representante, entre nós mesmo, mas podemos participar ajudando nas ações da associação. .(E3)

Eu ajudo escolher nosso presidente, [...] torço pra ele trazer coisas boa pra gente. Já ganhamo bastante coisa como: canoa, motor de energia, rabeta, bomba d'água [...]. (E10)

As associações, por serem organizações sociais sem fins lucrativos (ONGs), não possuem capital social em sua constituição e seu patrimônio é construído a partir de doações e contribuições feitas pelos associados. Esse formato dificulta o acesso a linhas de créditos e financiamentos bancários, tornando-se um entrave para seus associados que desejam ampliar a produção.

[...] para criar a associação todos os associados colaboraram financeiramente e posteriormente todos passaram a pagar uma taxa mensal para manutenção da associação. (E1)

Todo mundo tem que pagar uma mensalidade para continuar associado. Esse dinheiro serve para a diretoria trabalhar na busca de benefícios pra todos os membros. . (E4)

Pago R\$ 25 reais todos mês, agora para onde vai esse dinheiro, não sei. Sei bem que esse dinheiro a gente nunca ver no caixa da associação, o pessoal as vezes presta conta e viajam pra capital atrás das coisas. (E5)

Acho que preciso ajudar a manter a associação para ela depois ajudar a gente, nosso representante às vezes precisa viajar para conseguir coisas para nós e para isso precisa de dinheiro e temos que ajudar mesmo se queremos alguma coisa. . (E10)

As associações são instituições fundamentadas nos princípios da autonomia e independência, visando garantir seu autogoverno sem interferências externas que possam influenciar suas tomadas de decisão. Embora as associações sejam organizações regidas por tais princípios, é possível desenvolver trabalhos em cooperação, nos quais parceiros se unem para a execução de atividades específicas. Além disso, é admissível estabelecer acordos tanto com outras instituições quanto com órgãos públicos, desde que a autonomia e independência da associação sejam preservadas.

Desde quando entrei na associação, a direção nunca sofreu influência externa[...]. (E1)

Quando eu era da gestão nunca foi permitido interferência na administração da associação, tudo ocorre em comum acordo entre os associados. (E2)

Não me lembro de nenhuma interferência nas decisões da associação, nada que viesse a mexer com nossa autonomia como instituição independente. (E3)

Já ouvi boatos de que políticos estavam tentando se meter nas coisas da associação, mas não deixaram[...]. (E5)

[...] nunca ouvi falar de interferência na associação sempre que tem alguma coisa assim convocam todos para um reunião e discutimos sobre o assunto. (E6)

[...] os membros de nossa associação são bem cricri! Acho que ninguém vai querer se meter com a gente. (E8)

As associações são organizações que buscam atender ao bem comum de seus associados e, dentre esses interesses, estão o desenvolvimento profissional de seus membros a partir de programas educacionais, capacitações e programas de extensão rural. Essa característica evidencia a importância da associação para seus membros, bem como para a comunidade na qual esteja inserida, refletindo seus anseios e aspirações. Embora haja crítica sobre a frequência com que isso ocorre.

Através da associação conseguimos trazer palestrantes de órgãos técnicos e instituições de ensino para ajudar a esclarecer sobre vários assuntos de interesse da comunidade. (E1)

Acho que teve um encontro com engenheiro do IDAM, mas só foi uma palestra em uma reunião. (E8)

[...] agora nem tanto, mas antes eu mesmo fui um dos que trouxe professor da UFAM para palestrar em nossa associação e foi aberto para todos da comunidade. (E3)

Curso? Nunca vi nada disso aqui em nossa associação, nem em nossa comunidade. [...] povo quer saber disso não. Acha que vão gastar dinheiro com essas coisas?. (E4)

Não, infelizmente isso foi apenas promessa de campanha do nosso presidente. (E6)

A intercooperação entre associações e cooperativas promove a solidariedade e permite o compartilhamento de recursos, conhecimentos e experiências com a finalidade de promover benefícios mútuos. Entretanto, observou-se que, segundo os entrevistados, as associações não realizam projetos em cooperação com outras organizações.

Já realizamos trabalhos em parcerias com outras instituições, mas não fizemos qualquer tarefa com outra associação em cooperação. (E1)

[...] quase não fazemos trabalhos na associação, se nós fizesse algo com alguma outra associação lembraria com certeza. (E2)

Quando iniciamos as atividades na associação procuramos outras associações, mas não conseguimos firmar acordos de cooperação, muita burocracia que acabamos desistindo. (E3)

Rapaz... não aconteceu nada do tipo trabalho em conjunto com outra associação, só entre os próprios associados. (E4)

Ao criar-se uma associação, a tendência é que a mesma traga benefícios não apenas para seus membros, mas também para todos os membros da comunidade a qual ela esteja inserida. As associações têm alcançado resultados satisfatórios nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, proporcionando a todos benefícios e melhoria na qualidade de vida de todos os membros da comunidade a qual esteja situada. Embora existam também os que não veem os benefícios trazidos pelas associações.

Foi através da nossa associação que conseguimos um trator, um caminhão e ainda realizamos a manutenção de nossa estrada de acesso a nossa comunidade, que serve tanto para transporte da produção dos associados como dos não associados[...]. (E1)

Acho que a associação ajuda todo mundo de alguma forma, se ajuda seus associados ajuda sua comunidade também. (E2)

[...] quando fui da direção, através de um projeto, foi conseguido um caminhão para o transporte da produção dos associados. (E3)

[...] é difícil fazer as coisas por aqui, mas o povo da associação tá tentando conseguir as coisas boas aqui pra nós todos. (E8)

Não acredito muito nessas conversas de que estão interessados em ajudar a comunidade, no fim todo mundo quer mesmo é só ajuda, mas ajudar que é bom nada. (E10)

Conforme é defendido na literatura, o associativismo e o cooperativismo tem se apresentado como uma boa alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar e conseqüentemente para a sustentabilidade da região, uma vez que proporciona uma melhor qualidade de vida a seus membros através dos benefícios de suas conquistas.

Pra começar o agricultor familiar não realiza produção em larga escala, isso é bom pro meio ambiente, [...] a associação tem ajudado desde o plantio até na comercialização dos nossos produtos. Foi adquirido através da associação trator, caminhão, casa de farinha, equipamentos agrícolas, manutenção das estradas. (E1)

[...] estamos melhor, temos apoio de técnicos do IDAM e SEPROR, conseguimos dinheiro para comprar equipamentos pra todos os associados, ficamos menos preocupado com algumas coisas tipo: como transportar nossos produtos e pra quem vender [...]. (E2)

O associativismo é muito bom, ajuda a gente com alguns problemas, as autoridades, não tinha olhos pra gente agora têm, nossa comunidade agora tá crescendo, já ganhamos até transporte para tirar nossos produtos e levar para as feiras para comercialização. (E3)

[...] conseguimos muitas coisas, até casa de farinha veio pra gente trabalhar, mas acho que o melhor de tudo foi a energia que chegou depois de umas 3 viagens do presidente pra Manaus foi lá pedir o luz pra todos, agora tem energia o dia todo na comunidade. (E5)

Sem nossa associação acho difícil ficar aqui, o pessoal, lá de cima, não quer nem saber da gente, nossa estrada já ficou por anos sem ajeitarem e hoje em dia pelo menos isso acontece conforme vai precisando. (E7)

O pequeno agricultor é frequentemente caracterizado pela atividade rural familiar, pois, nas pequenas propriedades, os proprietários que são chefes de família, que em seus empreendimentos rurais coordenam as atividades produtivas com seus familiares, dando origem à agricultura familiar. Na entrevista em profundidade muitos foram os relatos acerca das dificuldades enfrentadas pelo agricultor familiar, em especial a falta de interesse do poder público em resolver problemas fundiários, com o desenvolvimento de programas de legalização das terras das pequenas propriedades na região.

[...] programas de incentivos do governo exigem muitos documentos do agricultor. O acesso a esses programas poderiam ser menos burocráticos. Outra dificuldade é convencer nossos filhos a continuar cultivando nossa terra, não tem incentivos para quase nada aqui. (E1)

[...] tem uma estrada de acesso para tirar nossa produção, que já passou anos sem manutenção, mas através da associação conseguimos a manutenção dela às vezes. Outro problema era o transporte, muitas vezes mais caro que o faturado na venda dos produtos da colheita, nossa associação conseguiu um caminhão para fazer esse transporte. Outro problema é o documento da terra, boa parte das propriedades estão sem documentos de legalização das terras. Alternativa boa seria o governo proporcionar um multirão para regularizar nossas propriedades. (E2)

As burocracias que dizem que são legais, mas de legal não têm nada. Poderiam facilitar o acesso pra participarmos das coisas que dizem que é pra gente, pra gente ter direito a um motor rabeta pedem tanto documento que a gente acaba desistindo do equipamento, com a associação eles corre atrás de tudo pra gente[...]. (E4)

Não tem nem médico aqui no posto da comunidade, na escola passa de mês sem professor, sem falar da falta de segurança, outro dia teve um associado de uma associação que foi morto dentro de casa, dizem que foi por problemas de terra. Isso que dá, terra sem documento não tem dono e aí fica a briga, [...]. (E5)

Quando preciso de um médico tenho que ir na cidade, quando preciso de um dentista também, tudo que precisamos nada tem aqui! Serviço do governo só atende quem tem propriedade mais próxima da cidade [...]. (E10).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou avaliar as contribuições do cooperativismo e do associativismo para o fortalecimento da agricultura familiar em Humaitá-AM. Nas entrevistas, conforme foi demonstrado nas declarações dos entrevistados, ficou claro que cooperativas não existem na região, por outro lado, o associativismo é desenvolvido e tem proporcionado muitos benefícios para os agricultores familiares, bem como a todos os membros da comunidade na qual a mesma está inserida.

O estudo mostrou que o cooperativismo no município de Humaitá tem sofrido resistência entre os agricultores familiares e suas ações demonstram não haver interesse em desenvolver seus trabalhos por meio do cooperativismo rural. O fato é que ao serem abordados para falar sobre o assunto, os

produtores rurais ressaltam que a associação atende aos seus interesses, corroborando com as declarações dos extensionistas rurais do IDAM e ADAF, em virtude das políticas públicas governamentais em execução na região, contemplarem apenas as associações com seus programas de fomento para apoiar os pequenos agricultores, com fornecimento de máquinas e pequenos financiamentos para a compra de insumos para a produção agrícola.

No que se refere ao associativismo, esse é desenvolvido na região e é melhor recepcionado pelos agricultores, uma vez que, as associações permitem que os associados tenham acesso às políticas públicas e programas governamentais voltados para atender projetos de apoio aos pequenos produtores rurais, através de editais que contemplam recursos públicos para as associações. É válido destacar que, esses programas têm incentivado a agricultura familiar, pois, para serem assistidos pelo programa os agricultores têm que ter o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. As associações têm buscado viabilizar para que seus membros consigam fazer esse cadastro e estar habilitada a participar dos editais e apresentar seus projetos.

Desse modo, pode-se observar que as associações são organizações sociais presentes no município de Humaitá-AM em função das políticas governamentais voltadas ao fomento desse tipo de organização social que desenvolve práticas voltadas para a agricultura de subsistência, destinadas ao produtor e sua família. Evidenciando assim a importância das associações para os pequenos produtores, uma vez que promovem o desenvolvimento da região, melhoria da qualidade de vida dos agricultores, fortalecendo a agroindústria e somando forças para ganhar visibilidade junto ao poder público. Por sua vez, o poder público tem disponibilizado, mesmo que forma ainda não satisfatória, alguns benefícios como: atendimento comunitário de profissionais de saúde, assistência técnica agropecuária, serviços de preparo da terra para plantio, tratores, casa de farinha, caminhões, motores rabetas, materiais para uso na lavoura, sementes, água encanada e energia elétrica.

Não obstante, é importante que se fomenta o desenvolvimento do cooperativismo na região, para que os produtores agrícolas familiares experimentem essa alternativa que também pode auxiliar na melhoria da forma de utilização da terras de sua propriedade, gerar maiores riquezas, reduzir os custos da produção, fortalecendo suas práticas para o alcance mercados maiores, agregando assim valores ao produto final, proporcionando um aumento nos lucros e gerando empregos no campo.

Por fim, o estudo apontou que os benefícios conquistados têm gerado qualidade de vida para os agricultores familiares, melhorado a renda e têm contribuído para a permanência do agricultor e sua família no campo, auxiliando na conservação e preservação do meio ambiente, retirando da natureza apenas os recursos necessários para o seu sustento e manutenção familiar.

É importante destacar as limitações desta pesquisa e a necessidade de se fomentar novas pesquisas nesta área, com uma amostra maior. A sugestão é que as entrevistas ocorram buscando alcançar mulheres associadas, e que seja em um período mais pacífico, pois fatos recentes de violência na região que se encontra com problemas de disputas por terras dificultaram em especial o acesso ao público feminino. Esses aspectos de violência na região foi um fator que dificultou o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que as pessoas procuradas para a entrevista sentiram-se receosas em responder as questões apresentadas. Logo, o que foi evidenciado neste trabalho não são resultados conclusivos, mas apenas descritivos, podendo servir de base para novos estudos na região.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. **Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso**. RAIMED - Revista de Administração IMED, Passo Fundo, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/31802>. Acesso em: 19 out. 2022.

ANTONIALLI, Luiz Marcelo; SOUK, Gustavo Guiroga. **Princípios cooperativistas e modelo de gestão: um estudo sobre conflitos de interesses entre grupos de produtores rurais**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto-SP. Anais do XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto-SP: FEARP/USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2005. v. 43. p. 1-19.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. 1. ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. v. 1, p. 43-65.

BERTOLDO, Jaqueline. **Cartilha Associativismo**. Incubadora Social. Santa Maria – RS. 2015. Disponível em: <CARTILHA ASSOCIATIVISMO.pdf (ufsm.br)>. Acesso em: 02 Mar 2017.

BRASIL. INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Brasileira**. Brasília, Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária, 1996.

BRASIL. INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuários 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados/População Estimada 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/humaita/panorama>. Acesso em: 12 ou. 2022.

BRÜSEKE, F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo : Cortez; Recife, PE : Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p. 29-40.

BUENDÍA MARTINEZ, I.; PIRES, M. L. L. S. **Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa**. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 99-118, 2002. Disponível em:

<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/8797/4940>. Acesso em: 19 out. 2022.

CANDIOTTO, L. Z. P. **Implicações do turismo no espaço rural e em estabelecimentos da agricultura familiar**. **Passos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Laguna, v. 9, n. 4, p. 559-571, 2011. Disponível em:

https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/16304/PS_09_4_%282011%29_06.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 jan. 2022.

CARDOSO, U. C. **Cooperativa – Série Empreendimentos Coletivos**. 2. ed. Brasília: SEBRAE, 2009.

CARVALHO, P. G. M.; BARCELOS, F. C. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: ODM**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94600.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

CORRÊA, M. de A. **Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para gestão de recursos hídricos na UGRHI Tietê – Jacaré (SP)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos 2007. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4229/DissMAC.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

DALLABRIDA, V.R.; BÜTTENBENDER, P.L. **Gestão, Inovação e Desenvolvimento**. Santa Cruz do Sul: Editora UNISC, 2007.

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE, L. M. G.; WEHRMANN, M. E. a S. de F. **Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar**. In: SABOURIN, E. (org.). **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**. Brasília: CEAM, 2006. (v. 6. n. 23). p. 13-28.

FARIAS, C. M.; GIL, M. F. **Cooperativismo**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2013. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/cooperativismo.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

FAGOTTI, Licia Nara. Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.9, n.1 e 2. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/10948/7082>.

Acesso em: 17 Mai. 2023

FERREIRA, Gabriel Murad Velloso; ZALUSKI, Felipe Cavalheiro Zaluski. **Cooperativismo e Associativismo**. Incubadora Social da UFSM. Santa Maria-RS 2022.. Disponível em: Disponível em: <ps://www.ufsm.br/app/uploads/sites/570/2022/03/07.-COOPERATIVISMO-E-ASSOCIATIVISMO.pdf>. Acesso em: 17 Mai. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUILHOTO, J. J. M. *et al.* **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. Anais eletrônicos [...] . São Paulo: ANPEC, 2007. p. 1-18. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. (2019). Censo agropecuário 2017. Rio de Janeiro: Disponível em: <IBGE | Censo Agro 2017 | Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%>. Acesso em: 20 abr 2023.

MARTINEZ, Inmaculada Buendia; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **Cooperativas e Revitalização dos Espaços Rurais: uma perspectiva Empresarial e Associativa**. Cadernos de Ciência & Tecnologia Brasileira, v. 19, n. 1, p. 99-118, jan/abr. 2002.

MATOS, M. A.; NINAUT, E. S. **O cooperativismo frente às perspectivas econômicas**. INFOTEC: Informativo Técnico do Sistema OCB, n. 2, 2007. p. 9. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br>>. Acesso em: 20 out. 2022.

MORAES, L. G.da S. **O associativismo rural e a lógica da ação coletiva: reflexões sobre motivação e engajamento**. Revista Geografia em Atos(Online),v.5, ANO 2021.p.1-22

NICOLAU, D.B; SILVA, E.A; FERREIRA, J.B; VICENTE, M.B. **Aplicação do modelo Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives (SAAC) para avaliação do desempenho de sustentabilidade das operações de cooperativas agropecuárias no município de Ituiutaba/MG**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas –RGCSanta Maria, RS, Vol. 7, Nº13,Jan./Jun.2020DOI: 10.5902/2359043236175ISSN: 2359-043

PEREIRA, S. S.; CURI, R. C. **Meio ambiente, impacto ambiental e desenvolvimento**. REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, Campina Grande, v. 2, n. 4, p. 35-57, set./dez. 2012. DOI 10.18696/reunir.v2i4.78. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/78/pdf>. Acesso em: 27 dez. 2021.

PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro/RJ: AS-PTA, 2009.

PRIMAVESI, O.; PRIMAVESI, A. C. **Taxa de degradação de material orgânico no solo, sob manejo de pastagens, agricultura e mata**. In: ENCONTRO BRASILEIRO SUBSTÂNCIAS HÚMICAS, 2., 1997, São Carlos. Anais [...]. São Carlos: EMBRAPA/CNPDI, 1997.

REIS JÚNIOR, N. **Aspectos societários das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. Editora Brasiliense, 1ª edição ebook, 2018.

SALTON, J. C. *et al.* **Matéria orgânica do solo na integração lavoura-pecuária em Mato Grosso do Sul. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, Embrapa Agropecuária Oeste, Dourados, n. 29, 2005. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/38779/1/BP200529.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

SCOPINHO, R. A.; MARTINS, F. G. **Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método**. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 124-143, 2003. DOI 10.1590/S0102-71822003000200009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/snFhBnpMvJ3hpyMtNt8MVyj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2022.

SILVA, E. S *et al.* **Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências**. UNIRCOOP, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Inessa-Salomao/publication/242251864_PANORAMA_DO_COOPERATIVISMO_BRASILEIRO_HISTORIA_CENARIOS_E_TENDENCIAS/links/555deccd08ae86c06b5f29ba/PANORAMA-DO-COOPERATIVISMO-BRASILEIRO-HISTORIA-CENARIOS-E-TENDENCIAS.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

SILVA, J. G. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Nações Unidas Brasil, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83422-artigo-agricultura-familiar-e-sustentabilidade>. Acesso em 16 out. 2022.

SIQUEIRA, T. V. de. **Desenvolvimento sustentável: antecedentes históricos e propostas para a agenda 21**. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 247-288, jun. 2001. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11475/2/RB%2015%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel_Antecedentes%20Hist%C3%B3ricos%20e%20Propostas%20para%20a%20Agenda%2021_P_BD.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

VERONA, L. A. F. **Avaliação de Sustentabilidade em Agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul**. 2007. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/4933/1/Tese_Luis_Augusto_Verona.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. (org). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999. p. 21-55.

ZARAFSHANI, K. *et al.* **Are agricultural production cooperatives successful? a case study in western Iran**. *American-Eurasian Journal of Agricultural & Environmental Sciences*, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 482-486, 2010. Disponível em: [https://www.idosi.org/aejaes/jaes8\(4\)/18.pdf](https://www.idosi.org/aejaes/jaes8(4)/18.pdf). Acesso em: 14 out. 2022.